

ATA DE DELIBERAÇÃO Nº 093/2023/CPESR-NCP  
DO COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO DA  
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP,  
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 21, § 2º, do Decreto nº 8.945/2016)

COMPANHIA FECHADA  
CNPJ nº 42.515.882/0001-78  
NIRE nº 33300115765

**1. DATA, HORA E LOCAL:**

Deliberação realizada no dia 20 de junho de 2023, às 16 horas, por videoconferência.

**2. PRESENÇA E QUÓRUM:**

Estavam presentes a maioria os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, eleitos na 159ª reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 21 de julho de 2022. Ausente o Sr. Wesley Callegari Cardia que foi destituído do cargo de Conselheiro de Administração na 47ª Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 27/04/2023, portanto destituído do cargo de membro do Comitê, conforme previsão do artigo 106 do Estatuto Social da Companhia, o qual dispõe que os membros deste Comitê devem ser integrantes do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria.

**3. COMISSÃO:**

Membro: **Erika Akemi Kimura Reis**

Membro: **Adilson Dias Oliveira**

**4. ORDEM DO DIA:**

I. Indicação para o Conselho Fiscal da NUCLEP, encaminhada pela Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, por meio do Ofício nº 468/2023/GM/MME, recebido em 05 de junho de 2023, via e-mail, para verificação do preenchimento dos requisitos e ausência de vedações pela Sra. **FABIANA GAZZONI CEPEDA**, para eleição no cargo de **Conselheira Fiscal titular**, em substituição ao Sr. João Mario Caldana Rufino, mediante análise do formulário padronizado e documentos comprobatórios;

**5. QUESTÃO DE ORDEM:**

Nos termos do art. 1º, § 1º da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 51, § 1º do Decreto nº 8.945/2016 e consoante Portaria SEST/SEDDM/ME Nº 8.369/2021, esta Companhia vem sendo considerada empresa estatal de menor porte, tendo em vista a apuração de receita operacional bruta inferior a

R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na última demonstração contábil anual aprovada pela Assembleia Geral. Classificada como empresa estatal de menor porte, possui tratamento diferenciado, sendo exigido de seus Conselheiros Fiscais tão somente os critérios obrigatórios previstos no art. 56 do Decreto nº 8.945/2016.

## **6. ANÁLISE DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES:**

**FORMULÁRIO PADRONIZADO:** Não obstante a NUCLEP ser classificada como empresa de menor porte, foi encaminhado a este Comitê o Formulário B – Cadastro de Conselheiro Fiscal para empresa estatal de pequeno porte, contendo documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos e autodeclaração de ausência de vedações exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto nº 8.945/16. Neste ponto, verificou-se que o formulário foi regularmente preenchido e assinado eletronicamente pela Indicada.

**CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS:** **a) ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada:** o § 1º do art. 30 do Decreto nº 8.945/2016, dispõe que os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado. Referido formulário não exige qualquer comprovação documental da reputação ilibada, bastando, para tanto, a autodeclaração do Indicada, sob as penas de lei. Contudo, a Política de Indicações<sup>1</sup> da NUCLEP, em seu subitem 5.1.1.1, estabelece que por se tratar a reputação ilibada um conceito jurídico indeterminado, sua verificação será feita caso a caso, mediante obtenção obrigatórias das seguintes certidões: a) Certidão (cível e criminal) da Justiça Estadual (1ª e 2ª Instâncias) do domicílio do Indicada; b) Certidão (cível e criminal) da Justiça Federal (1ª e 2ª Instâncias) do domicílio do Indicada; c) Certidão Criminal e de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral; d) Certidão de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ; e) Certidão de Contas Julgadas Irregulares e de Inabilitação para Função Pública emitida pelo Tribunal de Contas da União; f) Certidão da Justiça Militar; g) Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas; h) Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal; i) Certidão de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal do Brasil; j) Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN; e k) Consulta aos Serviços de Proteção de Crédito. Verificou-se que o Indicada declarou não se enquadrar em nenhuma das hipóteses previstas no formulário que pudessem macular a sua reputação e as certidões obtidas estão negativas, isto é, sem qualquer apontamento. Assim, não se tem notícia de fatos que possam conspurcar a imagem do Indicada, razão pela qual tem-se por atendido o inciso I do art. 56 do Decreto nº 8.945/2016; **b) ter graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação:** a Indicada apresentou diploma de Mestrado em Economia da Regulação e Defesa da Concorrência pela Universidade de Brasília- UNB (reconhecido pela Portaria MEC Nº 966, de 13/07/2020) e diploma de Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília - UNB (reconhecido pelo Decreto nº 72010/73, DOU 29/03/1973), atendendo, assim, o disposto no art. 56, II e 62, § 2º, inciso I, alínea “c” e § 3º do Decreto nº

<sup>1</sup> <https://www.nuclep.gov.br/pt-br/governanca-corporativa>

8.945/2016; **c) experiência profissional**: a Indicada é servidora pública federal, apresentou como evidência de experiência profissional publicações do Diário oficial tendo ocupado as seguintes funções: Diretora do Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – (Código CCE 1.15), no período de 24/02/2023 até os dias atuais (DOU 38 de 23/02/2023); Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia- (Código DAS 101.5), no período de 22/02/2019 até 02/01/2023 (DOU 38 de 23/02/2023); Coordenadora-Geral de Gestão da Política Tarifária do Ministério de Minas e Energia- (Código DAS 101.4), no período de 16/11/2016 até 30/01/2019 (Portaria 616 de 16/11/2016); que somados representam mais de 3 anos de experiência na função de direção ou assessoramento na administração pública federal, atendendo, assim, o disposto artigo 56, III, “a” do Decreto nº 8.945/2016.

**VEDAÇÕES PARA EMPRESAS ESTATAIS DE MENOR PORTE**: a Indicada declarou não se enquadrar em nenhuma das vedações previstas no formulário padronizado. Contudo, a autodeclaração constitui apenas presunção relativa. Ademais, das certidões obtidas junto aos principais distribuidores do domicílio do Indicada, não se constatou qualquer fato que possa ensejar a ocorrência das hipóteses de vedação para empresas estatais de menor porte (incisos I, IV, IX, X e XI do art. 29 do Decreto nº 8.945/2016), razão pela qual concluiu-se pelo atendimento deste critério.

**PROIBIÇÃO POR TER SIDO MEMBRO DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO NOS ÚLTIMOS 24 MESES, EMPREGADO DA NUCLEP, DE SOCIEDADE CONTROLADA OU DO MESMO GRUPO, CÔNJUGE OU PARENTE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, DE ADMINISTRADOR DA NUCLEP**: foi atendido o inciso V do art. 56 do Decreto nº 8.945/2016, em função da declaração firmada pela Indicada no formulário padronizado.

#### **7. APROVAÇÃO DA INDICAÇÃO PELA CASA CIVIL:**

Foram encaminhados pelo Ministério de Minas e Energia, o comprovante de aprovação prévia do nome da Indicada pela Casa Civil da Presidência da República, conforme determina o art. 22, II, do Decreto nº 8.945/2016 e o art. 2º da Resolução CGPAR nº 35, de 04 de agosto de 2022.

#### **8. DELIBERAÇÕES ADOTADAS:**

Face ao exposto, o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, após discutidos e relatados os autos, deliberou, por unanimidade dos presentes, opinar **FAVORAVELMENTE** à indicação da Senhora **FABIANA GAZZONI CEPEDA**, para eleição no cargo de Conselheira Fiscal titular, em razão do preenchimento dos requisitos obrigatórios e ausência de vedações.

#### **9. PUBLICAÇÃO DA ATA:**

Na forma do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.303/2016, a presente Ata deverá ser publicada, pelo menos, no sítio eletrônico da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP, para fins de publicidade dos atos administrativos (CF, artigo 37) e atendimento às boas práticas de transparência.

#### **10. DOCUMENTOS ANEXOS:**

- Certidão negativa (cível e criminal) do Tribunal de Justiça (1ª e 2ª Instâncias) do Distrito Federal;
- Certidão negativa (cível e criminal) da Justiça Federal (1ª e 2ª Instâncias) do Distrito Federal/TRF-1;
- Certidão negativa para fins eleitorais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal/TRF1;
- Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ;
- Certidão negativa de Contas Julgadas Irregulares e de Inabilitação para Função Pública emitida pelo Tribunal de Contas da União;
- Certidão negativa da Justiça Militar;
- Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal;
- Certidão negativa de Débitos Relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita Federal do Brasil;
- Consulta negativa ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN;
- Consulta positiva aos Serviços de Proteção de Crédito.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião deliberativa, lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada.

ERIKA AKEMI KIMURA REIS  
Membro do Comitê

ADILSON DIAS OLIVEIRA  
Membro do Comitê